



AVANÇOS DA AGROECOLOGIA: EXPERIÊNCIAS DE GRUPOS DE MULHERES E DE UMA COOPERATIVA PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO MATO GROSSO DO SUL

Agroecology advances; experiences of women groups and a cooperative of organic production in Mato Grosso do Sul

Silva, Francimar Perez Matheus da^{1,2}; Miranda, Denise de^{1,3}; Oliveira, Jovelina Maria de^{1,4}; Freitas Junior, Eliel⁵; Dahmer, Mariza Madalena^{1,6}; Golze, Vera Lucia Oliveira^{1,7}; Silveira, Jane Cléia Silveira da^{1,8}; Oliveira, Euclides Reuter de⁹.

RESUMO

Os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) têm desempenhado papéis fundamentais para visibilizar e fortalecer os processos agroecológicos. O NEA-Mato Grosso do Sul potencializou ações de extensionistas, agricultores e suas organizações, pesquisadores, agentes públicos e consumidores na promoção e divulgação das experiências agroecológicas no estado. Foram sistematizadas experiências de agroecologia e produção orgânica de quatro municípios: grupo de mulheres do assentamento Itamarati (Ponta Porã), que realizam comercialização coletiva; grupos de mulheres de Anastácio que processam artesanalmente frutos do cerrado e comercializam sua produção em feiras e em programas governamentais; comunidade quilombola da Picadinha (Dourados), articulada com projetos e com o NEA da Universidade Federal da Grande Dourados, que apoiam a gestão do grupo para fornecimento de alimentação saudável para a sociedade, gerando renda e ampliando mercado; e a trajetória da Cooperativa de Agricultores Familiares Orgânicos de Campo Grande, que certificou seus produtos como orgânicos. Foram analisadas as lições aprendidas e as limitações para o avanço das experiências aqui sistematizadas, que representam as potencialidades e dificuldades para o avanço da agroecologia e produção orgânica no estado.

Palavras-chave: Extensão Rural, Sistematização, Agricultura Orgânica, Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Agroecology Learning Centers (NEAs) have developed fundamental roles in disclose and enhance agroecological processes. The NEA-Mato Grosso do Sul strengthened actions developed by extension workers, farmers and their organizations, researchers, public agents and consumers in promoting and advertising ongoing agroecological experiences in the State. It was systematized experiences in agroecology and organic production of four municipalities: group of women in Itamarati Rural Settlement (Ponta Porã), who practiced collective commercialization; groups of women from Anastácio who artisanally processed Cerrado fruits and commercialized their production in open markets and in institutional programs; quilombola community from Picadinha (Dourados), joined with University projects and its NEA that supported group management aiming to offer healthy food for society, generating income and broadening their market; and the Campo Grande organic family farmers cooperative pathway which has its products certified as organic. Were analyzed the lessons learned and the restrictions still faced in order to move forward with the experiences systematized, which represents the strengths and limitations for advances in agroecological and organic production in the state.

Keywords: Rural Extensions, Systematization, Organic Agriculture, Family Farming.

¹ AGRAER

² E-mail: francimarms@gmail.com

³ E-mail: dmiranda@agraer.ms.gov.br

⁴ E-mail: jovmarias@yahoo.com.br

⁵ CPT. E-mail: elielj@gmail.com

⁶ E-mail: ma_dahmer@yahoo.com.br

⁷ E-mail: vera_zoo@hotmail.com

⁸ J E-mail: janecleiasilveira@hotmail.com

⁹ UFGD

E-mail: euclidesOliveira@ufgd.edu.br

Recebido em:

14/08/2017

Aceito para publicação em:

21/03/2018

Correspondência para:

francimarms@gmail.com

Introdução

A partir da publicação do edital MDA/CNPQ nº 38/2014, lançado pelo Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para a criação de Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) em instituições de pesquisas e universidades, um grupo de pesquisadores e extensionistas, da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Estado do Mato Grosso do Sul (Agraer) elaborou uma proposta de projeto e apresentou a diversas instituições e organizações da sociedade civil que atuam e têm interesse em desenvolver a Agroecologia e a Produção Orgânica no estado do Mato Grosso do Sul. Com o apoio destas organizações, o projeto foi submetido, aprovado e o Núcleo de Agroecologia de Pesquisa, Extensão, Ensino e Saberes Tradicionais do Estado de Mato Grosso do Sul (NEA-MS) iniciou suas atividades.

Para realização de suas atividades, desde meados de 2015, a equipe do projeto vem articulando parcerias com instituições públicas e privadas para apoiar e fomentar as mais diversas ações e iniciativas, dentre elas a realização de intercâmbios, que visam promover e desenvolver a produção agroecológica e orgânica no estado. A equipe articulou, ainda, com outros Núcleos de Agroecologia da região Centro Oeste e Sudeste do Brasil e com vários parceiros para a realização da primeira Caravana Agroecológica e Cultural do Centro Oeste (SILVA et al., 2016a).

Dentre as ações estratégicas pensadas para atuação do núcleo propusemos aquelas que, segundo a nossa concepção, poderiam contribuir para resolver diferentes problemas que dificultam o desenvolvimento da Agroecologia. Dentre eles, a falta e ou insuficiência de capacitação técnica para produção, o monocultivo e/ou pouca diversificação da produção, bem como o emprego de técnicas e manejo não apropriados aos sistemas de produção em bases agroecológicas. Como forma de contribuir para a superação de tais problemas e consolidação da Agroecologia, o núcleo se propôs a sistematizar e socializar as experiências e disseminar as informações já existentes sobre Agroecologia no estado (SILVA et al., 2016b).

Na narrativa aqui apresentada, o NEA-MS apresenta a sistematização de algumas experiências agroecológicas que são referências no estado, as quais retratam o papel relevante de inúmeras instituições e pessoas participantes deste núcleo e suas histórias, que foram potencializadas por articulações inter e intrainstitucionais. Histórias de agricultores e agricultoras e seus grupos que foram e são protagonistas da trajetória do desenvolvimento da Agroecologia e produção orgânica. Enfim, experiências que são frutos do trabalho de muitas mãos, de um grande número de pessoas, que buscam a promoção e consolidação da Agroecologia.

Metodologia

O presente artigo está organizado na forma de estudos de casos coletivos. Segundo Trivinos (1987:133-35), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa que analisa profundamente um objeto, transformado em unidade de pesquisa. Os estudos de casos coletivos ocorrem quando existe menos interesse em um caso particular e estudam-se vários casos conjuntamente visando analisar um fenômeno, população ou condição geral. A escolha do caso se faz porque espera-se avançar na nossa compreensão sobre algo de interesse. Nós realizamos estudos de caso coletivos para analisar os avanços da Agroecologia a partir das ações do NEA-MS.

Os estudos de casos apresentados são experiências selecionadas pelos integrantes do NEA-MS e parceiros durante a Oficina de Sistematização realizada pelo Projeto de Sistematização dos NEAs, executado em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, em março de 2017. Utilizamos o método “*Café com prosa*” (BIAZOTI et al., 2017) para debater e decidir sobre quais experiências seriam sistematizadas, a partir de três questões orientadoras: (a) sujeitos: quem conta essa história e como mobilizá-los; (b) análise crítica: quais perguntas gostaríamos de fazer?; e (c) fontes:

quais materiais e como analisá-los? A análise e reflexão coletiva do grupo a essas questões subsidiou a escolha dos casos e de conteúdo para realização da sistematização.

Na questão relativa aos sujeitos que contam a história da Agroecologia, ficou clara a importância das mulheres e, portanto, experiências com o protagonismo das mulheres foram escolhidas para serem sistematizadas. Definiu-se, então, o eixo de sistematização como “*O fortalecimento do movimento agroecológico no MS a partir das experiências de geração de renda de grupo de mulheres*”. As experiências selecionadas foram: grupo de mulheres do Assentamento Itamarati (Ponta Porã, MS), Associação de Mulheres Agricultoras do Assentamento Monjolinho (Anastácio, MS), Comunidade Quilombola da Picadinha (Dourados, MS) e Grupo de produção sustentável do Assentamento São Manoel (Anastácio, MS). Pela sua significância e visibilidade das ações do NEA-MS junto à Agraer, optou-se por incluir também o caso da Cooperativa de Produtores de Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande (MS).

A construção, análise e apresentação dos casos baseou-se nas perguntas que os integrantes da oficina fizeram sobre as experiências selecionadas, produto do método do “Café com prosa”. As indagações sugeridas foram agrupadas em: a) histórico do grupo: surgimento, acontecimentos e eventos marcantes, as principais dificuldades, estratégias para superá-las, mudanças ocorridas, visão de futuro e de sustentabilidade ao longo do tempo; b) os pioneiros e parceiros das experiências; c) as políticas públicas de apoio; d) a inserção da Agroecologia nas experiências: o surgimento na trajetória de cada grupo e a visão dos membros do grupo; e) caracterização das experiências: como a participação dos membros, presença ou não de jovens, abertura para novos participantes; e f) foco de atuação: produtos comercializados, demanda de aumento de produção entre outros.

A sistematização das experiências utilizou triangulação de fontes de informações, comumente utilizada nos estudos de casos (GIBBS, 2009; YIN, 2010). Dentre tais fontes, utilizamos análise documental (materiais publicados e ou fornecidos pelos atores sociais envolvidos); entrevistas com os(as) agricultores(as) e outros informantes chave, por meio de roteiros com questões orientadoras e os temas gerais pré-definidos; bem como observações diretas e participantes dos extensionistas e equipe de sistematização que estavam envolvidos com as experiências. A construção dos textos foi coletiva e validada pelos agricultores e demais atores envolvidos.

Descrição das experiências

1. Grupo de mulheres do assentamento itamarati

No Projeto de Assentamento Itamarati, situado em Ponta Porã, um grupo de mulheres tem protagonizado articulações e estratégias para comercialização dos produtos agroecológicos e convencionais, oriundos de seus lotes.

Com a criação do Assentamento Itamarati I, em 2002, iniciaram-se as primeiras articulações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) com as mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), que, na época, ainda se encontravam acampadas no entorno do assentamento, propiciando assim, espaços de diálogos que contribuíram para o processo de sensibilização das mulheres, inclusive de outras organizações sociais.

Em 2003, os frutos deste trabalho de sensibilização começaram a ser colhidos, quando aproximadamente 200 mulheres oriundas de vários assentamentos e acampamentos da região, animadas por um grupo também de mulheres (lideranças atuantes junto à comunidade), se mobilizaram e organizaram um ato no dia 8 de março, para reivindicar direitos básicos para as famílias assentadas. Neste ato, as mulheres percorreram as ruas e ocuparam a Praça Lício Borralho, na sede do município. Nessa ocasião, além das reivindicações, as mulheres também se mobilizaram para a constituição do MMC no Assentamento Itamarati. O MMC tem sua missão expressa nas lutas, na organização, na formação e na implantação de experiências de resistência popular, assim como no

fortalecimento das mulheres, para que elas sejam protagonistas de sua história e lutem por uma sociedade que seja pautada em novas relações sociais entre seres humanos e deles com a natureza.

Dentre as atrizes envolvidas na mobilização e em toda a trajetória do movimento até os dias atuais, destaca-se a educadora popular Irmã Olga Manosso (Congregação Irmãs de São José de Chambéry), lutadora do povo e defensora dos princípios agroecológicos, pois seus trabalhos foram, e têm sido, fundamentais para várias articulações e conquistas da comunidade em geral.

As Irmãs, em parceria e com apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra), se estabeleceram no assentamento em 2005. Com o apoio das Irmãs e o fortalecimento do MMC, um grande grupo de agricultoras e agricultores participaram da segunda edição da Feira de Sementes Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti. O grupo se sensibilizou com as abordagens e discussões realizadas naquele evento e se motivou para a formação, em 2006, de um Núcleo de Agroecologia no assentamento. Segundo depoimentos das mulheres, a Agroecologia, enquanto movimento, desde então vem contribuindo fortemente para a reorganização e, até mesmo, na criação de novos diálogos e reflexões relacionadas à participação das mulheres nas decisões importantes para a comunidade.

A partir da criação do Núcleo de Agroecologia na comunidade, as mulheres passaram a assumir a Agroecologia como referencial para o processo emancipatório e de empoderamento. Apesar da dificuldade de escoar a produção, do restrito acesso a recursos financeiros para investir e custear as atividades produtivas, da necessidade de insumos para melhorar e até mesmo viabilizar a produção e gerar renda, o grupo se motivou, com apoio de lideranças e outros atores envolvidos, a articular-se para buscar soluções que amenizassem os problemas.

O Núcleo de Agroecologia impulsionou a participação das mulheres na comercialização, o que, além de incrementar a renda familiar, promoveu a autonomia econômica, contribuiu para retirar as mulheres do anonimato e oportunizou a participação delas em tomadas de decisões na comunidade. Muitas agricultoras passaram a comercializar seus produtos de porta em porta, percorrendo grandes distâncias, muitas vezes de bicicletas. Em 2006, um grupo predominantemente de mulheres se mobilizou para obter um ponto de comercialização na área social do assentamento. Em um antigo ponto de táxi “abandonado” e tomado pela vegetação espontânea, depois capinado e limpo, foi implantada a primeira feira para a comercialização dos produtos no Assentamento Itamarati. Em 2007, a prefeitura cedeu um ônibus para levar os agricultores e agricultoras e um caminhão para o transporte da produção, o que viabilizou a implantação de uma feira itinerante na sede do município. Posteriormente, foi implantada, também, a feira da Fronteira, na qual há boxes para comercialização coletiva de produtos convencionais, orgânicos e agroecológicos.

Todos esses pontos de comercialização são, predominantemente, geridos por mulheres e frutos da articulação e persistência delas. São comercializados nestes locais hortaliças e frutas tradicionais, doces, conservas e compotas, artesanatos, queijos, ovos, entre outros produtos. A comercialização é realizada coletivamente, ou seja, algumas feirantes comercializam a produção de outras famílias.

A parceria do núcleo de agricultores agroecológicos com a Caritas Brasileira foi muito importante para que os agricultores iniciassem e fortalecessem a produção por meio da concessão de créditos. O financiamento permitiu o fortalecimento do Núcleo de Agroecologia, viabilizando estruturas para a produção, acompanhamento técnico e assessoria para a comercialização.

Ainda em 2007, o núcleo de agricultores agroecológicos passou receber assistência técnica de um extensionista contratado pela Comissão Pastoral da Terra, essa assistência foi ofertada por, aproximadamente, seis anos. Os empréstimos de recursos financeiros pelas Caritas Brasileira resultaram, também, mais adiante, na implantação de um banco de insumos que é gerido pela comunidade.

Em 2012, a comunidade, apoiada pelas Irmãs de São José e em articulação com outras entidades (prefeitura e CPT), implantou, por intermédio de projeto aprovado junto ao Ministério do Trabalho, o Banco Comunitário do Produtor Rural (denominado Banco ITA), que é um sistema integrado de crédito, produção, comércio e consumo, que contribui na promoção do desenvolvimento local e

busca a melhoria da qualidade de vida, na perspectiva de economia solidária. Inicialmente o projeto custeou a contratação de duas funcionárias moradoras da própria comunidade, sendo uma agente de crédito e outra agente de desenvolvimento solidário. Finalizado o projeto e já sem recurso para pagar o salário das funcionárias, o banco conta com o trabalho voluntário de uma delas.

Segundo relatos colhidos na comunidade, o recurso disponibilizado pelo Banco ITA, tem sua importância subestimada pela maioria dos agricultores, pois, somente em 2015, o banco emprestou mais de 100 mil reais para agricultores e a adimplência foi satisfatória. No último levantamento (02/2017) realizado pela equipe, o banco constatou que 87% do crédito foi tomado por mulheres. Segundo a gestora e outras mulheres entrevistadas, os recursos têm viabilizado e potencializado muitas atividades, o que, inclusive, é retratado no acesso às políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com acesso de, aproximadamente, 50% por agricultoras.

O grupo não trabalha a terra de forma coletiva, devido às longas distâncias entre os lotes, mas além da comercialização coletiva, as mulheres realizam mutirões para o preparo de insumos (caldas, biofertilizantes e inseticidas naturais), entre outras demandas esporádicas. Estas atividades coletivas, junto com todo o trabalho de articulação, segundo o relato de muitos, fortalecem o grupo.

Em relação às ações de articulação, as mulheres agricultoras e parceiras destacam a “Roda de conversa das Mulheres” iniciada em 2015 e efetivamente estabelecida em 2016. A Roda ocorre toda última quarta-feira do mês, quando são abordados assuntos diversos, tais como saúde, educação e a violência. Por meio dessa iniciativa, a Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas (AAIGV) e as extensionistas da Agraer procuraram o Centro de Atendimento da Mulher (CAM) para atendimento jurídico e psicológico para mulheres em situação de violência, o que tem sido disponibilizado mensalmente e contribuído muito para melhorar as condições de vida de muitas mulheres.

A emancipação feminina tem sido uma busca constante do grupo, a luta pela autonomia e a libertação dos preconceitos e opressão ainda existentes na sociedade é permanente e construída diariamente pelo grupo e demais parceiras. A ocupação e o domínio da esfera comercial contribuem muito para o empoderamento das mulheres, e tem ajudado a ampliar a participação das mulheres nas instâncias de decisão, na política e em outras esferas sociais.

2. Comunidade Quilombola da Picadinha

A Comunidade quilombola Dezedério Felipe de Oliveira, conhecida como Picadinha, está situada no município de Dourados e atualmente é constituída por 16 famílias que vivem da agricultura. Sua formação se deu a partir da constituição de uma grande família (12 filhos) formada pela união de Dezedério Felipe de Oliveira, ex-escravo (1867-1935) e Maria Cândida Batista, indígena Terena (sem registro da data de nascimento e morte). No ano de 1926, o Sr. Dezedério fez um requerimento de terras devolutas da região e adquiriu ainda uma área adjacente. Conforme registros documentais de 1938, a área de domínio totalizava 3.748 ha. Ao longo do tempo, a comunidade passou por um forte processo de expropriação de terras e hoje ocupa apenas 41 ha.

Em 1951, membros da comunidade iniciaram as primeiras lutas para recuperar suas terras. Em 2015, em um decreto publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foram reconhecidos e declarados os limites da terra quilombola, porém a comunidade ainda está em luta pela regularização fundiária.

Desde a formação da comunidade, o hábito de trabalho coletivo é predominante, com o uso comunal das terras e a concepção do território como lugar de vida e trabalho. Porém, com a redução das áreas, a constituição de outras famílias e a necessidade de renda, a maioria das pessoas saíram da comunidade em busca de trabalho. Os que permaneceram se dedicam, principalmente, à produção convencional de hortaliças.

No início dos anos 2000, a comunidade se encontrava em situação de vulnerabilidade produtiva e econômica. A comunidade se dedicava à produção de pepino, mas esta tinha alta incidência

de doenças e alto custo de produção. Neste período, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste (CPAO), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agraer fizeram à comunidade uma proposta de transição para a produção agroecológica e orgânica, a qual foi acolhida por muitas famílias.

Entre 2003 e 2006, a produção agroecológica e orgânica foi viabilizada e os produtos foram comercializados em feiras ou de porta em porta, entretanto a renda gerada não supria as necessidades básicas das famílias, provocando novamente a busca por trabalhos externos às áreas produtivas da comunidade, reduzindo ainda mais a produção local, bem como o tempo de convívio familiar, pois a maioria trabalhava em lugares distantes, saíam de madrugada e só retornavam à noite. Ainda em 2006, inicialmente por meio de projetos de extensão da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a comunidade passou a ser atendida com ações de assistência técnica e extensão rural efetivas e continuadas.

Vários projetos da UFGD foram, e têm sido, determinantes para intensificar ações que potencializam fortemente os avanços socioeconômicos da comunidade (OLIVEIRA et al., 2012). Atualmente estão ativos os projetos Horta Didática Agroecológica, Feirinha de Produtos Orgânicos e Alimentos Típicos, Incubação de empreendimentos solidários, como o Restaurante Escola Bistrô Eco Sol. O restaurante é um projeto de extensão da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (Itess) da UFGD e funciona como um restaurante-escola no qual o empreendedorismo é trabalhado. No preparo das refeições, são priorizados alimentos agroecológicos. São servidas diariamente 70 refeições que, além de gerarem renda devido ao valor agregado, contribuem para que as agricultoras envolvidas adquiram conhecimento para gestão de seus empreendimentos. Além da atuação no Bistrô Eco Sol, as agricultoras que compõem o grupo produzem alimentos em suas propriedades.

A comunidade conta, ainda, com o apoio do Núcleo de Construção Participativa do Conhecimento em Agroecologia e Produção Orgânica da UFGD para a produção agrícola. Os trabalhos são voltados para estimular e promover a diversificação da produção (horticultura, fruticultura e apicultura), a consolidação do uso de práticas sustentáveis e do manejo agroecológico e, ainda, a produção em escala comercial, pelo planejamento da produção, escalonamento e implantação de unidade demonstrativa. Tais trabalhos viabilizaram a aquisição de insumos e equipamentos necessários para aumentar a produtividade.

Todo o processo de produção é acompanhado por uma equipe de professores, mestrandos e acadêmicos de graduação, além de duas nutricionistas, que garantem o cumprimento de todas as normas da legislação sanitária e dos padrões de qualidade, resultando em refeições de alto valor nutricional e sensorial (MAGALHÃES et al., 2015). Essa forma de trabalho valoriza a agricultura familiar e estimula o desenvolvimento da Economia Solidária, além de contribuir para mecanismos de melhoria da qualidade de vida e inclusão social das comunidades envolvidas.

O grupo também comercializa sua produção *in natura* (hortaliças e frutíferas da estação) nas feiras que acontecem nas duas unidades (campus e centro) da UFGD e na feira Agroecológica do Parque dos Ipês e alimentos beneficiados na cantina da universidade (Projeto UFGD Mais Saúde), onde fornecem bolo de cenoura e fubá, torta de frango e vegetariana, entre outros salgados que são produzidos na cozinha do Bistrô ECO SOL. Na cantina oferecem, também, sucos de frutas da estação, garapa, café e café com leite.

De maneira geral, os projetos realizados vêm atuando no alinhamento da cadeia produtiva e acesso a mercados, no empoderamento da comunidade com vistas à sustentabilidade do processo produtivo e na construção do conhecimento.

3. Grupos de mulheres agricultoras no Município de Anastácio

São apresentadas neste tópico as experiências de dois grupos de mulheres agricultoras do município de Anastácio. O grupo da Associação de Mulheres Agricultoras do Assentamento Monjolinho e o Grupo de Produção Sustentável do Assentamento São Manoel.

Em 2007 iniciou-se um trabalho no assentamento Monjolinho com a utilização dos frutos nativos do cerrado, a partir do extrativismo sustentável, para a geração de renda e conservação ambiental. O trabalho foi iniciado por um pesquisador da Agraer, que desenvolve trabalhos com Agroecologia, que estimulou um grupo de mulheres a coletar pequi e cumbaru (ou baru) para comercialização no Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado (Ceppec). A partir desta experiência, o grupo fez várias capacitações em temas diversos relacionados à proposta.

Em 2010, com apoio da CPT, foi implantado no assentamento o plantio de 100 mudas de pequi, o equivalente a um hectare. Foram realizadas capacitações para o aproveitamento dos frutos nativos, o que estimulou ainda mais a produção de conserva e a venda *in natura*. Atualmente as mulheres dominam as práticas de beneficiamento dos produtos.

Em 2012, a partir da criação da Feira Municipal da Agricultura Familiar e Economia Solidária, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, o grupo começou a participar servindo arroz com pequi. Atualmente oferecem mais de 10 produtos como: pequi *in natura* e congelado, creme e óleo de pequi, castanha de baru, farinha de jatobá, polpa de mangaba, além de outras preparações com uso destes produtos.

Dentre as principais conquistas do grupo estão a organização mantida ao longo dos anos e a construção de uma agroindústria comunitária, contemplada pelo Edital PPP-Ecos (Programa de Pequenos Projetos Eco-sociais), em 2013, que permitiu ampliar a produção e acessar canais de comercializações convencionais e institucionais.

Já o Grupo de Produção Sustentável do Assentamento São Manoel, atualmente composto por seis mulheres, foi criado em 2009 a partir da realização de um projeto de pesquisa-ação denominado “Aproveitamento econômico sustentável do baru no assentamento São Manoel (Anastácio)”, executado por pesquisadores e extensionistas da Agraer e outros parceiros, como as próprias famílias, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e a Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Católica Dom Bosco. No início o grupo era formado por 19 pessoas, sendo aproximadamente 80% de mulheres (BAMBIL et al, 2010).

No decorrer do projeto, além da pesquisa propriamente dita, foram oferecidos aos agricultores cursos sobre Agroecologia, associativismo, o bioma Cerrado e o processamento de alimentos com a amêndoa do baru. Em 2011 a pesquisa foi concluída e os equipamentos adquiridos foram doados ao grupo.

Em 2012 o grupo também começou a participar da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária do município. Em 2013, o grupo foi beneficiado com melhorias da infraestrutura da unidade de processamento e a realização de treinamentos pelo Programa PPP-Ecos. Em 2015, por meio do Projeto Cadeia Produtiva do Pequi, executado pelo Instituto Marista de Solidariedade, o grupo foi beneficiado com capacitações, layout dos produtos e equipamentos.

Todo o trabalho realizado, desde a colheita até o beneficiamento final, é coletivo. O grupo constituiu uma rotina de trabalho permanente, dedicando os dias de trabalho à produção de pães, salgados e, conforme a demanda, à colheita e processamento da castanha do cumbaru. A organização do trabalho e a consolidação do conceito de cooperação pelo grupo estão entre as principais conquistas, segundo relatos de algumas mulheres.

Ainda muito relevante foi a ação do grupo com a comunidade para a sensibilização sobre a importância de conservação dos ecossistemas, em especial dos cumbarus, árvores que não prejudicam a pastagem e ainda produzem frutos que são alimentos e que podem gerar renda. As agricultoras promoveram ainda a troca de conhecimento por meio de oficinas de preparação de receitas com o uso dos produtos do cerrado, o que estimula a produção e o consumo por muitas outras pessoas, que, inclusive, produzem e comercializam individualmente até os dias de hoje. Atualmente o grupo está desafiado, através da demanda feita pela Prefeitura Municipal de Anastácio, a fornecer seus produtos às escolas municipais pelo PNAE.

Ambos os grupos participam do Fórum Regional de Economia Solidária de Anastácio, Fórum Estadual de Economia Solidária do Mato Grosso do Sul, Rede – Cerrado, Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural Sustentável de Anastácio, Colegiado do Território da Cidadania denominado Reforma e do Conselho Municipal de Saúde.

4. Cooperativa de Produtores de Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande (Organocoop)

A Organocoop foi fundada em 2010 e é composta por, aproximadamente, 50 sócios, distribuídos em oito grupos ou comunidades no município. Em Campo Grande concentram-se 54% dos 121 agricultores cadastrados como orgânicos no estado (MAPA 2017) e quase a metade são membros da Organocoop.

A criação da cooperativa foi induzida pelas exigências legais de garantia de origem dos produtos orgânicos (BRASIL, 2007), que estipulou a data de 31 de dezembro de 2010 como o limite para que a produção orgânica se adequasse às regras específicas, dentre elas, o credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para que os produtos pudessem ser comercializados como orgânicos. Dessa forma, um grupo de agricultores que já comercializam seus produtos nas feiras de produtores orgânicos no município, com apoio de várias entidades, decidiram criar a cooperativa para buscar a regularização dessa garantia de origem e procedência.

Com a criação da cooperativa, uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, MS) viabilizou a certificação por auditoria. A certificação por auditoria permite a inclusão de agricultores que não dispõem de declaração de aptidão (DAP) ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), entretanto os custos são considerados altos e, por estímulo do Mapa, iniciaram a discussão para estruturarem-se na forma de Organismo de Controle Social (OCS). Assim, em 2014, a OCS Organocoop foi formalizada e credenciada, e permanece ativa até o presente. Atualmente, aproximadamente 20% dos cooperados participam da feira de orgânicos, organizada pela prefeitura e apoiada pelo Mapa.

A maioria dos cooperados sempre tiveram em comum a produção agroecológica ou orgânica, por estímulo e fomento do projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), executado pelo Sebrae, financiado pela Fundação Banco do Brasil e apoiado pela prefeitura. Entretanto os grupos ou comunidades tinham, até então, pouco relacionamento entre si e estavam dispersos nas diferentes regiões do município.

O trabalho do Núcleo de Agroecologia junto à Organocoop se iniciou, efetivamente, em 2016, pelas demandas de apoio técnico e organização da cooperativa para a comercialização. Além da atuação demandada, o núcleo realizou atividades para promover e divulgar a Agroecologia junto aos consumidores e estimular a diversificação da produção junto aos agricultores por meio da doação de mudas e sementes (SANTOS & MIRANDA, 2016).

A atuação do NEA junto à cooperativa possibilitou maior visibilidade aos produtos orgânicos e despertaram interesse institucional por parte dos parceiros. O apoio do NEA à cooperativa se traduziu em matérias jornalísticas e de mídia em geral de promoção dos alimentos orgânicos e das hortaliças não convencionais ou Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), que os agricultores e consumidores têm passado a valorizar, produzir, consumir e comercializar.

Entretanto, o apoio institucional à entidade ainda é pequeno. Espera-se que, com o tempo, com maior envolvimento dos sócios e com o apoio técnico continuado às ações que contribuem para consolidar o grupo, a cooperativa possa expandir seu quadro de associados, melhorar sua gestão interna e participação ativa de seus membros, bem como garantir uma maior oferta de produtos certificados na região.

A demanda por produtos orgânicos na capital é crescente. A conquista da garantia de qualidade pela OCS, assim como a organização de um grupo de agricultores familiares com experiência na produção orgânica ocorreram e podem suprir um pouco essa demanda. No entanto, ainda há muitos desafios, dentre eles: a organização interna da cooperativa com envolvimento efetivo e financeiro da base social, a fim de cobrir custos operacionais e de investimento que são postos à cooperativa; a gestão e administração dos processos burocráticos envolvidos no cotidiano das vendas institucionais; e

a realização de um planejamento produtivo diversificado e escalonado para atender a demanda crescente.

Análise e discussão

A análise e discussão das experiências sistematizadas foram organizadas em três temas: questões de gênero, geração de renda e políticas públicas intervenientes.

Muitas lutas e conquistas, ao longo do tempo, foram fundamentais para que as mulheres agricultoras se fortalecessem enquanto grupo e consolidassem sua autonomia econômica e social nas suas comunidades. O papel de geradora de renda na família dá as mulheres maior autonomia, cria possibilidades de enfrentar o anonimato e de participar das tomadas de decisões na comunidade, minimizando os efeitos da sociedade patriarcal tão comum na realidade rural do estado e do país, o que contribui, até mesmo, para a melhoria da autoestima das mulheres, como pode ser observado na fala de umas das mulheres do grupo:

(...) antes estávamos sozinhas e presas à rotina doméstica e aos trabalhos no sítio, com a organização do grupo conseguimos contribuir com a geração de renda para nossas famílias e também pelo convívio social dentro e fora do grupo, sentimos que temos mais importância (GRUPO DE MULHERES DE ANASTÁCIO, 2016).

O envolvimento com movimentos sociais, como o MMC e a Economia Solidária, também fortaleceram os grupos e a percepção de sua importância. Ainda assim, muito precisa ser melhorado, pois são comuns os relatos de sobrecarga de trabalho e responsabilidades das mulheres quando dedicam parte do seu tempo “de mãe e esposa” para as atividades econômicas.

Nos grupos de Anastácio as atividades de produção e comercialização são realizadas exclusivamente pelas mulheres, já em Ponta Porã elas atuam mais na comercialização e para a produção contam com os familiares. Em Dourados (comunidade quilombola), as mulheres atuam no processamento e preparo dos alimentos, já a produção das hortaliças e comercialização tem envolvimento da família. Neste último grupo ficaram evidenciados os laços familiares como fatores determinantes para a união e coesão do grupo na execução dos trabalhos e nos projetos futuros.

A geração de renda nos grupos se dá pela produção e agregação de valor pelo beneficiamento (exceto da cooperativa) e a comercialização dos alimentos. A produção de hortaliças é predominante, embora haja diversificação. Em Ponta Porã e Anastácio até hoje as hortaliças agroecológicas são comercializadas nos mesmos espaços que as convencionais e outros produtos, mas essas são valorizadas por serem da agricultura familiar, agregando assim, pelos consumidores, o reconhecimento de origem e forma de produção.

Em Campo Grande, os espaços de comercialização da cooperativa são prioritariamente e, quase exclusivamente, de hortaliças, mas estas estão inseridas em um mercado diferenciado, por serem certificados como orgânicas. A falta de produtos beneficiados se deve às dificuldades de atender à legislação (sanitárias e de garantia da qualidade orgânica) que têm impedido a oferta e comercialização de produtos artesanais e/ou caseiros (bolos, pães, polpas, doces, conservas e compotas), que enriqueceriam a feira e propiciariam a agregação de valor, além de redução das perdas dos produtos da época.

A valorização da flora nativa e uso de seus frutos (baru, pequi, jatobá, bocaiuva) para comercialização e preparo de alimentos é a principal atividade dos grupos de mulheres de Anastácio que, no contexto familiar, se integra à produção e promovem, assim, a diversificação produtiva, ao mesmo tempo em que otimizam e conservam os bens disponíveis nos sistemas agroalimentares. A singularidade nesses grupos está em agregar valor pelo beneficiamento dos produtos, o que amplia e diferencia, de forma exclusiva, suas opções de ofertas. Essa atividade foi oportunizada a partir da

sensibilização e capacitação dos agricultores, bem como pela viabilização de agroindústrias para os grupos. A singularidade desses grupos reforça a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), além da organização de grupos para facilitar e otimizar os recursos, financeiros ou não, bem como as políticas de apoio aos agricultores.

A produção, consumo e comercialização das hortaliças não convencionais tem tido boa aceitação por alguns grupos de agricultores e de consumidores, e já são alternativas de diversificação na cesta de produtos. Atividades de capacitações para uso e preparação das PANCs e de promoção da “Alimentação Inteligente” foram realizadas pelo Núcleo e alguns parceiros, especialmente UFGD e Cáritas Brasileira. “Alimentação Inteligente” é uma abordagem que trata do consumo de alimentos locais, nutritivos, da época, com preparações a baixo custo e acessíveis a toda população. A parceria com o Laboratório de Desenvolvimento de Produtos da UFGD possibilitou às agricultoras a agregação de valor às PANCs, como produção de macarrão de ora-pro-nóbis no restaurante Eco Sol. A percepção da valorização das PANCs foi observada em vários depoimentos de consumidores, das agricultoras e dos agricultores. Em Campo Grande, além das oficinas, a experiência incluiu, ainda, a oferta de sementes e mudas para os agricultores, sensibilização, divulgação (folders com receitas e banners) e degustação para os consumidores.

Essas inter-relações institucionais mostraram o papel fundamental na indissociabilidade entre a extensão, pesquisa e o ensino, pois complementam as ações e fornecem sustentação teórica às propostas, assim como percepções dos extensionistas e comunidade para a prática, em um processo em que todos aprendem com todos.

A valorização e o uso das espécies nativas, bem como das rústicas e adaptadas promovem diversificação e equilíbrio dos sistemas produtivos. Contribuem para a preservação da biodiversidade e geração de renda pela comercialização dos produtos, questões preconizadas e estimuladas nas estratégias agroecológicas e, ainda, para a saúde dos consumidores, a partir da oferta de produtos saudáveis por meio comercialização em venda direta, principalmente em feiras.

A percepção da valorização das PANCs é observada nos depoimentos de consumidores, das agricultoras e dos agricultores. Em todos os grupos houve depoimentos sobre a importância do alimento como fonte de vida, de saúde e bem-estar. As agricultoras e agricultores destacaram as relações entre saúde e ambiente, além da necessidade de cuidados com a preservação e conservação dos bens naturais, para que deles não só as gerações atuais, mas também as futuras, possam se beneficiar. Na fala de uma delas, esta relação é intrínseca à Agroecologia: “A Agroecologia é algo que todo mundo deveria ver como viável, pois só assim poderemos ajudar a reduzir as doenças e também as agressões ao meio ambiente... Olhar com mais amor a natureza e uns aos outros, no dia a dia” (AGRICULTORA QUILOMBOLA LOURDES, 07/2017).

A comercialização direta com o consumidor por estes grupos, cujas experiências foram aqui relatadas, é pautada na premissa do comércio justo e solidário. Premissa entendida como fundamental nas estratégias agroecológicas, ao contrário do que se observa em grande quantidade de feiras, principalmente na capital, em que a comercialização é feita por atravessadores.

Os espaços de venda direta possibilitaram aos grupos apoiados pelos agentes de ATER, os Núcleos de Agroecologia e outros atores sociais, a realização de ações de sensibilização dos consumidores sobre a importância de alimentação e têm obtido bons resultados, como a aceitação e o interesse pelos produtos, mostrando que ações específicas com os consumidores precisam ser feitas.

As ações incluindo a temática da alimentação desencadearam articulações com outras instituições e em espaços não pensados inicialmente que têm um papel fundamental na promoção da alimentação de qualidade, como exemplos os cursos de Nutrição e Engenharia de Alimentos da UFGD, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Católica Dom Bosco, Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e de Segurança Alimentar (Consea), Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), além de secretarias municipais e estaduais de educação que fazem a gestão do PNAE e secretaria estadual de saúde.

A natureza associativa e comunitária de grupos que se preocupam com a geração de trabalho e renda é imprescindível para o estabelecimento de sistemas verdadeiramente sustentáveis de

produção. Nas experiências de todos os grupos, destaca-se o papel fundamental das abordagens e construções político-sociais realizadas pelos atores sociais e movimentos para o fortalecimento das relações de autonomia e emancipação econômico-social das comunidades. A participação dos grupos em conselhos ou comissões de áreas de saúde, educação, assistência social, produção orgânica, bem como nas redes e fóruns de economia solidária vão fortalecendo e articulando essas relações.

No que se refere à universidade, merece reconhecimento a consolidação de parcerias na execução de projetos de pesquisa e extensão de diferentes áreas do conhecimento, promovendo a integração, a transversalidade e a interdisciplinaridade na prática educativa, o que tem beneficiado os agricultores e a comunidade acadêmica.

O grupo de mulheres do Assentamento Itamarati, o grupo Comunidade quilombola de Picadinha e o Organocoop tem como projeto futuro ou sonho, como muitos se referem, a implantação de agroindústrias, unidades de beneficiamento ou cozinhas industriais para agregação de valor aos alimentos. Para alguns a viabilização do espaço representa muito mais que a possibilidade de aumento na renda, como será explicitado a seguir.

A comunidade de Picadinha acredita que uma cozinha própria trará oportunidades para outras pessoas da comunidade, aumentará a união pelo trabalho conjunto e ainda sobrá mais tempo para o convívio familiar. Para a agricultora Palmira, do grupo de mulheres do Assentamento Itamarati, “a cozinha industrial vai unir ainda mais a mulheres, agregar valor, reduzir custos de produção... é um sonho até com a feira conjunta” (07/2017). A Organocoop também aponta a necessidade de uma pré-seleção e mesmo um processamento mínimo de seus produtos como possibilidades de ampliar mercados e ofertar produtos com maior valor agregado. Apenas os grupos de Anastácio possuem agroindústria e, por isto, conseguem ofertar produtos com maior valor agregado, como os pães e bolos para os mercados institucionais.

As políticas públicas de apoio à agroindústria são praticamente inexistentes. O estado possui meios para isso, mas não tem feito esforço para implementá-las. Nesse sentido, as parcerias e projetos para captação de recursos têm sido o caminho para algumas comunidades. Entretanto, é necessário direcionar esforços para potencializar a criação de agroindústrias nas comunidades, importante, também, para a inserção dos produtos nos mercados institucionais como o PAA e PNAE. Aponta-se, ainda, que legislações específicas que facilitem o beneficiamento dos alimentos pela agricultura familiar são necessárias e urgentes.

No caso do Assentamento Monjolinho, o município, via PNAE, viabilizou a expansão da produção dos agricultores e ampliou a possibilidade de mercado dos produtos a partir de frutos do cerrado, não certificados. Já no caso do Organocoop, a participação e intervenção do núcleo e ações de Ater possibilitou a concretização do primeiro PNAE para escolas estaduais com comercialização de hortaliças orgânicas, em março de 2017. O grupo de mulheres do Assentamento Itamarati também tem acessado as políticas públicas de garantia de venda de seus produtos, via PNAE e PAA, inclusive o grupo se destaca por atender, em alguns contratos, até 50 % da demanda.

De forma geral, quando não há muita diversidade de produtos e produtos beneficiados, aquilo que é ofertado pelos grupos representam uma pequena parcela do valor total demandado pelas instituições, principalmente nos casos do PNAE.

Segundo a agente de crédito do Banco Comunitário, o sucesso das experiências das mulheres com o PAA e PNAE foi importante tanto para geração de renda, quanto para o processo educativo dos agricultores, pois muitos contratos firmados anteriormente com associações e cooperativas do assentamento resultaram em experiências frustrantes. O sucesso da experiência do grupo de mulheres mostrou que a organização e os objetivos comuns devem sempre prevalecer nas relações de grupo, sejam comerciais ou não.

O grupo quilombola nunca acessou as políticas públicas de mercado institucional, apenas acessou os recursos financeiros para custeio da produção do Pronaf, mas devido a produção restrita em virtude do tamanho reduzido das áreas disponíveis para a família, o recurso não tem atendido às

demandas do grupo. Os recursos aprovados para investimento não são insuficientes para ampliação da estrutura produtiva, como estufas e equipamentos de irrigação, que têm alto custo.

No assentamento Itamarati, a falta de crédito e/ou recursos próprios para investimento nas atividades produtivas levou a comunidade a buscar estratégias para solucionar o problema, como a implantação e gestão do Banco Comunitário, o que revela a importância da organização dos agricultores e dos financiamentos solidários.

Considerações finais

A diversidade das experiências apresentadas retrata a realidade da agricultura familiar, principalmente daqueles agricultores que fogem dos sistemas de produção e comercialização convencionais, a partir de formas de organização também diversas, como núcleos agroecológicos, grupos de mulheres, associações e cooperativas.

As parcerias e atores de várias instituições foram e tem sido importantes para o apoio a diferentes processos nos quais as comunidades e os grupos estão envolvidos, potencializaram a construção e socialização do conhecimento, a ATER e o acesso e garantia a mercados de forma cidadã. Isso demonstra o quanto a pluralidade de instituições e atores são fundamentais para potencializar e viabilizar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental nas comunidades.

Essas parcerias também foram reconhecidas e valorizadas pelo NEA-MS, que delas se beneficiou para ampliar o número de instituições com as quais se articulou no decorrer da execução do projeto. Inicialmente o NEA se articulou com 10 instituições, atualmente já são registradas 25 parcerias e/ou articulações, o que contribuiu para ampliar as ações e a visão sobre as possibilidades e estratégias de atuação na promoção e fortalecimento da Agroecologia.

A presença e existência de políticas públicas de suporte foi importante para a realização e ou fortalecimento das experiências. Entretanto, as burocracias e exigências legais de acesso nem sempre condizem com as possibilidades e realidades dos agricultores, demandado, ainda, adequações, principalmente no que refere às políticas de crédito, ATER, fomento à agroindústria e certificação orgânica.

O compromisso de cada um faz muita diferença nos resultados das ações e, apesar de ser induzido pelas instituições, ações concretas e efetivas só ocorrem quando as pessoas se comprometem coletivamente. A motivação de outros produtores e técnicos, bem como a ampliação do número de atores que sejam efetivamente comprometidos com a Agroecologia é fundamental para obtenção de resultados ainda mais expressivos.

Necessitamos envolver um número maior de pessoas, ampliar e consolidar as parcerias e aperfeiçoá-las continuamente a fim de aumentar e efetivamente incorporar as estratégias agroecológicas em nossos cotidianos, para, assim, alcançar grandes conquistas a partir de um conjunto de pequenos avanços. Apesar dos problemas e das dificuldades, nunca devemos desanimar, devemos sempre fazer o que está ao nosso alcance e sempre acreditar que as transformações são possíveis!

Agradecimentos

Ao CNPQ, ao MDA, à Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Produção e Agricultura Familiar do Estado de Mato Grosso do Sul, à Agraer e às instituições e organizações parceiras mencionadas e não mencionadas neste trabalho, assim como ao compromisso de cada membro da equipe, das agricultoras, dos agricultores e dos consumidores comprometidos com a causa agroecológica.

Referências

- BAMBIL, A. L. et al. Aproveitamento econômico sustentável do baru no Assentamento São Manoel, em Anastácio, MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 5, N. 1, 2010.
- BIAZOTI, A. et al. (org.). **Caderno de Metodologias**: inspirações e experimentos na construção do conhecimento agroecológico. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 6.323**, de 27 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de dez 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm>. Acesso em 12/08/2017.
- GIBBS, G.; COSTA, R. C. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MAGALHÃES, A. M. et al. Incubadora social como espaço de aprendizagem e promoção do desenvolvimento local: o caso do restaurante escola bistrô eco sol. **Revista Desenvolvimento Social** N. 15, v. 01, 2015
- OLIVEIRA, E. R. et al. Práticas extensionistas no desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Dourados, Mato Grosso do Sul. **Em Extensão**, Uberlândia, v.11, n. 2, p. 82-95, 2012.
- SANTOS, N. D.; MIRANDA, D. Comercialização da Produção Orgânica de hortifrútis pela Organocoop Cooperativa de dos Produtores de Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande MS: organização, conquistas, desafios e percepções dos consumidores em um novo ponto de comércio. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, N. 2, 2016.
- SILVA, F. P. M. et al. Concepção e Desafios da Construção Coletiva da 1ª Caravana Agroecológica e Cultural do Centro-Oeste Brasileiro. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, N. 2, 2016a.
- SILVA, F. P. M. et al. Avanços da Agroecologia em Mato Grosso do Sul a partir do Núcleo de Agroecologia de Pesquisa, Ensino, Extensão e Saberes Tradicionais do Estado de Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, N. 2, 2016b.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.